

# Sanções Econômicas no Governo Trump: O Uso do Dólar como Arma Política

*José Paulo Silva Ferreira<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo discute como o governo Trump utilizou o dólar como uma arma política, aproveitando-se da sua posição como moeda-chave das relações econômicas internacionais. Busca-se identificar quais são os mecanismos de pressão financeira utilizados pelos Estados Unidos, no que os dispositivos implementados pela administração Trump diferem daqueles utilizados pelos governos Bush e Obama, quais são os países-alvo das sanções econômicas, e se estes têm buscado alternativas à arquitetura financeira internacional baseada no dólar. Foi feita uma análise histórica do processo de consolidação do dólar como moeda-chave, uma revisão bibliográfica sobre sanções e uma análise documental das sanções do governo Trump. O estudo mostra como os alvos reagiram às sanções e se suas contramedidas foram efetivas.

**Palavras-chave:** Sistema Monetário Internacional. Sanções Econômicas. Dólar. Estados Unidos.

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista de iniciação científica do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). E-mail: josepaulosilvaferreira@gmail.com.

## 1 Introdução

A posição dos Estados Unidos da América (EUA) no sistema financeiro internacional atribui-lhe uma grande influência sobre o destino econômico dos demais países. Isso ocorre, uma vez que a maior parte das transações financeiras internacionais é feita em dólar, mesmo quando os Estados Unidos não estão diretamente envolvidos, além de os bancos centrais manterem reservas internacionais majoritariamente nesta moeda (METRI, 2004).

O presente artigo objetiva entender os mecanismos de pressão financeira utilizados pelos Estados Unidos e como o governo Trump utilizou o dólar como uma arma política nas relações internacionais por meio da aplicação de sanções econômicas. Busca-se identificar a que Estados foram direcionadas as sanções e como esses procuraram alternativas à centralidade do dólar. Partindo da premissa do uso da posição do dólar como uma arma política, busca-se responder à pergunta central deste trabalho: como os países-alvo do regime de sanções do governo Trump buscaram mitigar o efeito do mesmo?

## 2 Ascensão do Dólar como Moeda Chave do Sistema Financeiro Internacional

É necessário entender as razões pelas quais o dólar se tornou a principal moeda de referência internacional. A ascensão do dólar está relacionada a dois momentos: i) fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945); e ii) abandono do sistema de Bretton Woods. Após a guerra, a economia capitalista vivenciou um período de “anos dourados”, em que se experimentou uma gestão global baseada em regimes e instituições supranacionais, sendo muitas das quais tuteladas pelos Estados Unidos (FIORI, 2004, p. 79).

Com o bombardeio atômico no Japão, os EUA inauguraram uma nova relação de poder com seus aliados e inimigos. Um novo desenho hierárquico foi estabelecido, com a União Soviética construindo uma “zona de segurança” em suas imediações e Washington definindo uma estratégia que incorporasse o Ocidente (FIORI, 2004, p. 86). A concessão de empréstimos por meio do Plano Marshall fez parte dessa tática (FIORI, 2004).

Na década de 1970 houve uma mudança da estratégia internacional americana. Os EUA passaram a se aproximar da China, abandonaram o sistema de Bretton Woods optando pela desregulamentação dos mercados financeiros e adotaram o padrão dólar flexível. Ao adotar esse modelo, o ouro deixou de ser o padrão de referência e os EUA passaram a gozar de liberdade na condução de suas políticas cambial, fiscal e monetária (METRI, 2004).

A moeda que dita as relações econômicas internacionais não possui nenhum tipo de lastro, além da confiança nas instituições americanas. Washington passou a dispor da capacidade de déficit crônico, sendo a possibilidade de criar uma dívida pública praticamente sem limites; assim, entre os fatores que deram sustentação à sua hegemonia estão a vitória no campo econômico, diplomático e de segurança internacional (METRI, 2004). É possível afirmar que tanto nas esferas financeira como monetária os Estados Unidos desfrutam de um “privilégio exorbitante” (EICHENGREEN, 2011).

Por meio da teoria cartal da moeda<sup>2</sup> é possível estabelecer uma relação entre moeda e poder político, reflexão válida ao analisar a ascensão do dólar. Essa teoria aponta a existência de uma correlação entre poder territorial e a moeda utilizada em seu espaço de dominação à medida que a moeda não teria surgido de acordo com a perspectiva clássica como substituta ao escambo, mas de uma necessidade política (METRI, 2012). Ela surge como unidade de conta para pagamento de dívidas e é reconhecida pela autoridade central. Sendo a moeda uma das formas de imposição do poder, faria sentido que agentes que almejam a posição hegemônica buscassem implantar sua moeda como padrão (HUDSON, 2004).

### **3 O Uso Histórico de Pressão Financeira**

Após o entendimento da relação entre poder político e espaço monetário, é preciso analisar como é exercida a pressão financeira pelos Estados Unidos. O uso de privações econômicas para o enfraquecimento de inimigos não é uma prática nova, a exemplo das cidades-Estados gregas e do Império Romano, que já

---

2 De acordo com a teoria cartalista, a moeda é como uma “criatura” do Estado, pois este detém a posição de uma autoridade política central que determina em qual unidade aceitará o pagamento de tributos. Essa corrente teórica é crítica à teoria metalista, ao indicar que a origem da moeda é do meio público e não privado, já que estaria ligada à necessidade do Estado de denominar dívidas, e não como um elemento puramente relacionado à lógica de mercado (MARTINS, 2014, p. 25).

utilizavam essas técnicas. Veneza, Portugal, Inglaterra e Holanda também dispunham da pressão financeira para limitar o poder de seus inimigos (DREZNER, 1999). Um dos usos mais antigos de armas financeiras foi o que antecedeu a Guerra do Peloponeso, com o Decreto de Mégara; desde então os bloqueios e sanções têm persistido ao longo do tempo. No pós-guerra, as sanções deixaram de ser apenas uma ferramenta paralela à diplomacia e ao uso da força contra nações inimigas e tornaram-se um instrumento para persuadir aliados (NEPHEW, 2017).

As sanções costumam ser divididas na literatura tradicional nos seguintes blocos: sanções econômicas, comerciais, financeiras, e para investimento. Todas essas funcionam como alternativas ao uso da força militar, ou ainda podem ter caráter pedagógico, buscando alterar um comportamento indesejado. O termo sanções no contexto militar refere-se a embargo ou restrições de movimentação. No quadro diplomático, inclui a proibição de emissão de vistos, ou o impedimento que o Estado-alvo integre algum bloco com outros países, seja por exemplo de cooperação econômica. As sanções podem ser também desportivas, como a proibição que alguma equipe estrangeira participe de uma competição internacional. Além do mais, não necessariamente resultam de uma imposição unilateral, mas podem derivar de uma coalizão (MASTERS, 2019).

Daniel W. Drezner (1999) argumenta que tanto o país que impõe a sanção quanto o país alvo da pressão econômica incorporam expectativas de conflitos futuros, bem como o custo de oportunidade a curto prazo de coerção em seu comportamento. Ele constrói um modelo para explicar o comportamento do emissor e do alvo, com base na Teoria dos Jogos.

Os atores desse modelo são os Estados, que podem ser tanto o emissor da sanção quanto o alvo dela. As premissas são que os atores são racionais e dispõem de informações confiáveis quanto ao comportamento do adversário. O Estado que realiza a pressão financeira pode requerer uma grande ou pequena mudança no comportamento do alvo, por estar insatisfeito com o que é tido como *status quo ante* e por essa mudança resultar em uma vantagem ao emissor. A primeira opção do alvo é recuar, o que pode impactar no seu poder de barganha em uma negociação futura, mas obter uma resolução imediata do problema. A segunda opção é resistir à pressão, deixando o emissor livre para recuar, ou persistir com a

sanção resultando num impasse. Caso o Estado que emitiu a sanção recue, haverá um dano à sua reputação (DREZNER, 1999).

#### **4 Diferenças entre as Sanções pós-11 de Setembro e o Modelo Convencional de Pressão Financeira**

O ponto de inflexão na estratégia adotada com as sanções pelos Estados Unidos teria sido o atentado do 11 de setembro (ZARATE, 2013). Até então, os tipos de sanções empregadas eram as convencionais de embargo ou bloqueio, que se adequam ao modelo de Drezner acima mencionado. Após os ataques terroristas, o Departamento do Tesouro norte-americano desenvolveu um novo tipo de sanções para exercer pressão por meio da seara financeira. Essa recém-elaborada modalidade de sanção não pode ser apenas revogada para que deixe de surtir efeito, pois os bancos, ao temerem ser taxados como apoiadores a um Estado tido como ameaça ao sistema financeiro, bloqueiam seus ativos. Diferentemente do modelo tradicional de sanção, não resta opção ao Estado-alvo de negociar com o emissor (EUA), pois não foi este que bloqueou seus ativos, mas as próprias instituições bancárias do setor privado (ZARATE, 2013).

O modelo pós-11 de setembro utiliza dois dispositivos para operar: i) a obtenção de dados da *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications* (SWIFT); e ii) a evocação da Seção 311 do Ato Patriota. A SWIFT é uma organização internacional que possibilita que bancos do mundo todo enviem e recebam informações de transações financeiras. Após o 11 de setembro, houve o desenvolvimento de uma parceria com o Departamento do Tesouro para que por meio desses dados fossem encontradas operações suspeitas de financiamento ao terrorismo<sup>3</sup>. Os Estados que já são alvo de pressão financeira utilizam de múltiplas formas ilegais para contornar as sanções previamente impostas e acessar o sistema financeiro, o que pode ser facilmente detectado pela SWIFT (ZARATE, 2013).

A peça central da nova modalidade de pressão financeira foi o Ato Patriota (*USA PATRIOT Act*). Essa lei foi assinada em outubro de 2001, e em seu Título III, Seção 311, autoriza o Secretário do Tesouro a tomar medidas especiais relativas a

---

<sup>3</sup> Em 2006, a revelação dessa parceria por veículos de imprensa – como o The New York Times, o Los Angeles Times e o The Wall Street Journal – levou posteriormente ao estabelecimento de duras regulações para o acesso dos EUA a esses dados (ZARATE, 2013).

transações financeiras de “preocupação primária de lavagem de dinheiro” (UNITED STATES OF AMERICA, 2001, p. 28, tradução nossa<sup>4</sup>). Ao evocar essa lei contra um agente, o impacto gerado é global, pois nenhuma instituição financeira quer ser vista como colaboradora de um ator que apresenta riscos ao sistema financeiro. De acordo com uma nota de imprensa de 2011 do Departamento do Tesouro, as ações por meio da Seção 311 se diferem das sanções impostas por meio do *Office of Foreign Assets Control* (OFAC), pois estas costumam ser mais amplas e incluem o congelamento de ativos (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2011).

## 5 A Política Externa de Trump como uma Continuação dos Mecanismos de Pressão

Em 2016, quando Trump foi eleito presidente, a expectativa era de ruptura com as práticas de política externa que o antecederam. Em seu discurso de posse, em janeiro de 2017, ele afirmou que “a partir de hoje, uma nova visão governará nosso país. A partir deste momento, a América será posta em primeiro plano” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017h, p. 1, tradução nossa)<sup>5</sup>. Trump se portava como defensor do nacionalismo econômico e afirmava que a globalização havia levado à ruína da classe média americana, deixando-a desempregada, enquanto fomentou o desenvolvimento de Tóquio e Pequim (LYNCH, 2020).

Apesar de rupturas como a saída dos Estados Unidos da Parceria Transpacífica (TPP) e de sua ambivalência quanto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a política externa de Trump teria se mostrado como uma continuação dos mecanismos de pressão financeira. Sua política externa estaria inserida em uma lógica de perpetuação de práticas da Guerra Fria, já que as peças centrais da estratégia americana continuaram a ser Rússia e China (LYNCH, 2020). Houve a manutenção de um pensamento em díades contrapostas, o qual é evidente quando Trump representa a oposição entre o Ocidente e Oriente como uma luta “entre visões livres e repressivas da ordem mundial” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017g, p. 45, tradução nossa)<sup>6</sup>.

4 “Primary money laundering concern” (UNITED STATES OF AMERICA, 2001, p. 28).

5 “From this day forward, a new vision will govern our land. From this moment on, it’s going to be America First.” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017h, p. 1).

6 “Between free and repressive visions of world order.” (UNITED STATES OF AMERICA, 2017g, p. 45).

## 6 Análise Documental das Sanções do Governo Trump

Para a proposta dessa pesquisa, foi feito um levantamento das sanções impostas pelos Estados Unidos durante a administração Trump. Para tal, consultou-se os arquivos disponíveis no site do Departamento do Tesouro seguindo o caminho “*Policy Issues > Financial Sanctions > Sanctions Programs and Country Information*” (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2020). Não foram listadas notas de recomendação e emendas a sanções anteriores. Foi realizada a leitura das Ordens de Execução, ou seja, a parte do preâmbulo em que se prescreve a força coativa da Ordem Executiva. Em alguns casos, o preâmbulo não trouxe o meio de implementação da pressão econômica, assim, procedeu-se para a leitura dos artigos. O quadro com as sanções financeiras segue abaixo.

**Quadro 1** – Cronologia das sanções do governo Trump implementadas por meio do Departamento do Tesouro

Nome da sanção	País a qual foi direcionada	Data
<i>Countering America's Adversaries Through Sanctions Act (CAATSA)</i>	Irã; Rússia; Coreia do Norte	03/01/2017
<i>Executive Order 13804</i>	Sudão	11/07/2017
<i>Executive Order 13808</i>	Venezuela	24/08/2017
<i>Executive Order 13810</i>	Coreia do Norte	20/09/2017
<i>NSPM-5: Strengthening the Policy of the United States Toward Cuba</i>	Cuba	20/10/2017
<i>Executive Order 13818</i>	Rússia	20/12/2017
<i>Executive Order 13827</i>	Venezuela	19/03/2018
<i>Executive Order 13835</i>	Venezuela	21/05/2018
<i>Executive Order 13846</i>	Irã	06/08/2018
<i>Executive Order 13848</i>	Não é direcionada a um país específico	12/09/2018
<i>Executive Order 13849</i>	Irã; Rússia; Coreia do Norte	20/09/2018
<i>Executive Order 13850</i>	Venezuela	01/11/2018
<i>Executive Order 13851</i>	Nicarágua	27/11/2018
<i>Executive Order 13857</i>	Venezuela	25/01/2019
<i>Executive Order 13863</i>	Não é direcionada a um país específico	15/03/2019

Nome da sanção	País a qual foi direcionada	Data
<i>Executive Order 13871</i>	Irã	08/05/2019
<i>Executive Order 13876</i>	Irã	24/06/2019
<i>Executive Order 13882</i>	Não é direcionada a um país específico	01/08/2019
<i>Executive Order 13883</i>	Rússia	01/08/2019
<i>Executive Order 13884</i>	Venezuela	05/08/2019
<i>Executive Order 13886</i>	Não há identificação no corpo do texto de algum país específico, no entanto direciona as medidas ao Oriente Médio	09/09/2019
<i>Executive Order 13894</i>	Síria	14/10/2019
<i>Executive Order 13902</i>	Irã	10/01/2020
<i>Executive Order 13928</i>	Pessoas vinculadas ao Tribunal Penal Internacional (TPI)	11/06/2020
<i>Executive Order 13936</i>	China	14/07/2020
<i>Executive Order 13959</i>	China	12/11/2020

Fonte: Elaboração nossa com base em United States of America (2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017f, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2018e, 2018f, 2018g, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d, 2019e, 2019f, 2019g, 2019h, 2019i, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d).

A maior parte das sanções são convencionais, impostas por meio de Ordens Executivas, o que é equivalente a um “decreto presidencial”, a serem implementadas pela OFAC. O Departamento do Tesouro é a principal, mas não a única forma dos EUA sancionar um país, havendo outros meios institucionais como o Congresso e o *United States Trade Representative* (USTR)<sup>7</sup> (ZARATE, 2013). Como o foco deste trabalho foi a pressão financeira e não a comercial, utilizou-se como parâmetro a OFAC.

Os países alvos foram: China, Coreia do Norte, Cuba, Irã, Nicarágua, Rússia, Síria, Sudão e Venezuela. Dos países mencionados, Cuba, Nicarágua, Síria e Sudão foram alvos de sanções apenas uma vez cada um durante o governo Trump. Assim, é possível afirmar que os focos da pressão financeira foram: China, Coreia do Norte, Irã, Rússia e Venezuela.

<sup>7</sup> O USTR corresponde à agência do governo americano responsável por aplicar a política comercial do presidente, conduzindo negociações em nível bilateral e multilateral (U.S. TRADE REPRESENTATIVE, 2020).



As sanções contra a China não são numerosas na listagem dada a natureza dos dispositivos empregados. Enquanto que nos casos citados a pressão financeira ocorre majoritariamente no campo monetário-financeiro, no caso da China a pressão se dá por sanções comerciais em um contexto de guerra comercial. A pressão financeira na proporção que ocorre com outros atores seria mais grave caso ocorresse com a China, repercutindo não só bilateralmente mas multilateralmente (LUFT; KORIN, 2019).

A diferença da natureza das sanções fica clara em seu conteúdo, bem como pelo órgão de implementação. Enquanto a maioria das sanções contra os outros países são reguladas pela OFAC e/ou resultado da evocação do Ato Patriota, a pressão comercial contra a China é gerenciada pelo USTR. Além do mais, o que destoa a pressão financeira de Trump das demais empregadas no pós-11 de setembro é a tática de “sanções secundárias”, cujo foco principal são empresas, mas que têm impacto direto no país em que estão sediadas. Um exemplo claro dessa modalidade é os bloqueios comerciais sobre a Huawei, objetivando impactar a China (AMERICA..., 2020). A modalidade de “sanções secundárias” não é exclusiva à Pequim, sendo usada também contra a Rússia (LUFT; KORIN, 2019).

Em diante, serão analisadas as sanções citadas no Quadro I. Quanto à Coreia do Norte, duas foram as sanções promulgadas. A primeira foi emitida em janeiro de 2017, o *Countering America's Adversaries Through Sanctions Act* (CAATSA). Os países-alvo dessa lei foram: o Irã, a Rússia, e a Coreia do Norte. No preâmbulo, a lei é apresentada como uma medida de contra-agressão a esses países. Foram previstas sanções contra carregamentos e embarcações norte-coreanas, além de mercadorias produzidas total ou parcialmente por condenados a trabalho forçado na Coreia do Norte (UNITED STATES OF AMERICA, 2017a).

A segunda sanção foi promulgada em setembro do mesmo ano através da Ordem Executiva 13810. Foram impostas sanções adicionais à Coreia do Norte como reação aos lançamentos balísticos de julho de 2017 e do teste nuclear de setembro do mesmo ano. Entre as sanções estão incluídas o bloqueio de bens de pessoas que comercializem ou patrocinem a Coreia do Norte, além de limitações a aeronaves e a embarcações que possuam passageiros que tenham visitado a Coreia

do Norte nos últimos 180 dias antes de entrar nos Estados Unidos (UNITED STATES OF AMERICA, 2017d).

Além do caso norte-coreano, o CAATSA foi a primeira sanção imposta ao Irã pelo governo Trump. Como parte da estratégia de conter a “ameaça iraniana” no Oriente Médio e no Norte da África, e em resposta ao programa balístico iraniano, os Estados Unidos passaram a impor sanções adicionais. A Guarda Revolucionária Iraniana (IRGC) é reconhecida como uma ferramenta do governo iraniano de apoio ao terrorismo e grupos insurgentes. Assim, passam a ser impostas sanções a qualquer estrangeiro que seja identificado como oficial, agente ou afiliado à IRGC. No corpo do documento, o governo iraniano também é reconhecido como um agente violador dos direitos humanos (UNITED STATES OF AMERICA, 2017a).

A Ordem Executiva 13846 (UNITED STATES OF AMERICA, 2018c) foi promulgada em agosto de 2018. Ocorreu a reimplantação de sanções como medida adicional à saída dos Estados Unidos do *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA)<sup>8</sup>. Foram restabelecidos bloqueios ao governo do Irã à compra ou aquisição de cédulas de dólar ou metais preciosos. Também foi instaurada a proibição da entrada de pessoas que operem no setor naval ou energético iraniano e a proibição do comércio do petróleo iraniano, até mesmo por terceiros (UNITED STATES OF AMERICA, 2018c).

Em 2019 foram implementadas mais duas sanções direcionadas ao Irã: a Ordem Executiva 13871 em maio, e a Ordem Executiva 13876 em junho. A primeira impôs sanções ao setor metalúrgico iraniano. Washington, a partir desse decreto, bloqueou todas as propriedades situadas nos Estados Unidos ou em posse de qualquer estadunidense que opere no setor da metalurgia no Irã (UNITED STATES OF AMERICA, 2019c). A segunda sanção, Ordem Executiva 13876, teve como justificativa as tentativas iranianas de desestabilizar o Oriente Médio, de promover o terrorismo internacional e de avançar com seu programa balístico. Ficaram bloqueados quaisquer ativos que sejam de propriedade do Líder Supremo

---

8 O JCPOA, em português Plano de Ação Conjunto Global, consiste num acordo de 2015 com o objetivo de evitar a proliferação nuclear, em que o Irã concordou em eliminar suas reservas de urânio enriquecido (ROBINSON, 2021). A Resolução 2231 de 2015, expedida pelo Conselho de Segurança da ONU, endossou o JCPOA e pôs fim às sanções relacionadas à questão nuclear (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2015). Porém, o governo Trump saiu do acordo em 2018, alegando que este falhou em proteger os interesses de segurança nacional americanos, e reimplantou sanções a setores críticos da economia iraniana, como os setores energético, petroquímico e financeiro (UNITED STATES OF AMERICA, 2018h).

do Irã e estejam nos Estados Unidos ou em posse de instituições financeiras americanas (UNITED STATES OF AMERICA, 2019d).

Em janeiro de 2020 foi decretada a Ordem Executiva 13902 que reconheceu o Irã como um Estado “patrocinador do terrorismo” (UNITED STATES OF AMERICA, 2020a, p. 2003). A pressão financeira foi proposta como uma forma de negar ao governo iraniano recursos derivados da exportação de produtos de setores-chave da economia, que posteriormente poderiam ser aplicados no desenvolvimento do programa nuclear, para financiar redes terroristas, ou expandir sua influência “maligna” na região (UNITED STATES OF AMERICA, 2020a, p. 2003).

A Rússia, por sua vez, é descrita como uma potência rival dos Estados Unidos na *National Security Strategy* (Estratégia de Segurança Nacional, em português) de 2017, de modo que se tornou alvo de pressão financeira durante o governo Trump (UNITED STATES OF AMERICA, 2017g). Como mencionado, em 2017 a Rússia foi enquadrada no CAATSA. Como justificativa às sanções está o infringimento de princípios de cibersegurança e sérias violações dos direitos humanos. Entre as medidas adotadas pelos Estados Unidos está a não-concessão de crédito por parte do *Export-Import Bank of the United States* (UNITED STATES OF AMERICA, 2017a).

Em dezembro de 2017 foi imposta a Ordem Executiva 13818 (UNITED STATES OF AMERICA, 2017e), em que Trump caracteriza violações aos direitos humanos e corrupção como ameaças à segurança nacional, mesmo quando cometidos fora do território americano. Ao final do decreto há um anexo listando as pessoas às quais se aplicam essas sanções, apresentando também a possibilidade de a lista ser expandida de acordo com recomendações do Secretário de Estado (UNITED STATES OF AMERICA, 2017e). O decreto foi uma forma de implementar as provisões do *Global Magnitsky Human Rights Accountability Act*, lei assinada por Obama em 2012 como forma de punir oficiais russos responsáveis pela morte do contador Magnitsky na prisão (U.S. CONGRESS, 2020).

A Ordem Executiva 13883 foi assinada em agosto de 2019, também impondo sanções à Rússia. Esse decreto é uma emenda à Ordem Executiva 12851 referente a sanções de não-proliferação. Trump proibiu empréstimos bancários dos EUA a

governos sujeitos às sanções americanas pelo uso de armas químicas ou nucleares (UNITED STATES OF AMERICA, 2019f).

No dia 24 de agosto de 2017, por meio da Ordem Executiva 13808, Trump impôs sanções adicionais à Venezuela com a justificativa de que o governo venezuelano estaria cometendo violações de direitos humanos, o que teria aprofundado a crise humanitária no país. Outros motivos foram a Assembleia Constituinte, que teria usurpado o poder da Assembleia Nacional, e a corrupção do governo Maduro. As sanções foram impostas sobre a empresa petrolífera estatal, Petróleos de Venezuela, S.A. – PDVSA (UNITED STATES OF AMERICA, 2017c).

Em março de 2018 foi imposta a Ordem Executiva 13827. Ela foi decretada em reação às ações tomadas pelo regime de Maduro para tentar contornar as sanções dos EUA, emitindo uma moeda digital em um processo que a Assembleia Nacional da Venezuela denunciou como ilegal. Dessa forma, foram impostas sanções adicionais. Todas as transações relacionadas à provisão de financiamento por um estadunidense ou por qualquer pessoa dentro dos Estados Unidos, em moeda digital ou *token* digital emitidos pelo governo da Venezuela, foram proibidas (UNITED STATES OF AMERICA, 2018a).

Em maio do mesmo ano foram decretadas novas sanções à Venezuela por meio da Ordem Executiva 13835 como resposta às perseguições políticas e à corrupção do governo Maduro. Ficou proibida a compra, por qualquer pessoa vivendo nos Estados Unidos, de títulos de dívida venezuelanos ou de ações em investimentos que o governo da Venezuela detenha mais de 50% das ações (UNITED STATES OF AMERICA, 2018b).

A Ordem Executiva 13850 de novembro de 2018, por sua vez, bloqueou os ativos de pessoas que operem no setor do ouro na Venezuela (UNITED STATES OF AMERICA, 2018f). Em janeiro do ano seguinte foi imposta a Ordem 13857 com novas sanções, dadas as tentativas de Maduro de minar os trabalhos da Assembleia Nacional e do Presidente interino, Juan Guaidó. Esta atuou como emenda à Ordem 13692, estendendo o significado de “governo da Venezuela” para incluir o Banco Central da Venezuela e a PDVSA, de forma que as sanções anteriormente previstas ao governo também se aplicassem a esses órgãos (UNITED STATES OF AMERICA, 2019a).

Em agosto de 2019 a Ordem 13884 bloqueou qualquer propriedade do governo venezuelano que esteja nos EUA ou em posse de qualquer estadunidense, não podendo ser negociada ou transferida (UNITED STATES OF AMERICA, 2019g). Todas as Ordens Executivas do governo Trump em relação à Venezuela, que foram analisadas para esse trabalho, caracterizam o governo venezuelano como uma ameaça extraordinária à segurança nacional dos Estados Unidos (UNITED STATES OF AMERICA, 2017c, 2018a, 2018b, 2018f, 2019a, 2019g).

Por fim, há mais duas sanções direcionadas à China. A primeira, a Ordem Executiva 13936 de julho de 2020, declarou que a interferência chinesa em Hong Kong passou a ser interpretada como ameaça à segurança nacional americana. Ficou autorizado, por meio da Seção 4 dessa Ordem Executiva, o bloqueio de ativos em bancos comerciais norte-americanos que fossem de posse de oficiais chineses que tentem prejudicar a autonomia de Hong Kong (UNITED STATES OF AMERICA, 2020c). A Ordem Executiva 13959, de novembro do mesmo ano, declarou estado de emergência ao reconhecer a China como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos no que concerne à interligação das esferas civil-militar no desenvolvimento de tecnologia bélica (UNITED STATES OF AMERICA, 2020d).

## 7 Rupturas e Continuidades no Modelo de Sanções de Donald Trump

Com base nos dados da seção anterior, é possível aferir padrões na estratégia de sanções de Donald Trump. Abaixo é feita uma análise comparativa da política de sanções econômicas dos últimos três governos estadunidenses – Bush, Obama e Trump. A proposta aqui é contextualizar, de modo que não esgote o debate.

**Quadro 2** - Tendências nas sanções dos últimos três governos estadunidenses

George Bush (2001-2009)	Barack Obama (2009-2017)	Donald Trump (2017-2021)
Reestruturação do Departamento do Tesouro, desenvolvendo um ramo de inteligência financeira; Promulgação do Ato Patriota.	Relaxou o regime de sanções contra o Irã e Cuba e as reforçou contra a Rússia; Empregou um equilíbrio entre as sanções tradicionais, que podem ser facilmente removidas, e o modelo de sanção pós 11 de setembro.	Aumento da agressividade das sanções em comparação aos dois governos anteriores; Controle de exportações de empresas como a Huawei, em vez de inseri-la diretamente em uma das listas de sanções do Departamento do Tesouro; Demandas excessivas no conteúdo das sanções.

Fonte: Elaboração nossa com base em Zarate (2013) e Luft e Korin (2019).

Com o presidente Bush, se viu um aparelhamento do Tesouro com as ferramentas necessárias para conter o financiamento de células terroristas e a tentativa de isolar os Estados considerados como uma ameaça à segurança nacional. A política econômica de Obama, no que lhe concerne, foi focada na recuperação de uma crise mundial, havendo a necessidade de maior liberalização econômica (ZARATE, 2013; HARRELL, 2019).

No caso do governo Trump, como se pode observar na seção anterior, houve um aumento da agressividade das sanções, abrangendo mais agentes. As sanções secundárias se deram também por meios não-tradicionais para se evitar abalos imediatos no mercado internacional (SPIELER, 2017; HARRELL, 2019). Além disso, suas demandas foram excessivas à medida que propunham alterações aos Estados-alvo sem trazer incentivos que levassem em conta a proporcionalidade. Dessa forma, houve um custo político aos Estados Unidos, pois os alvos tenderam a resistir à pressão financeira, mesmo que significasse o sofrimento da própria população que passou por privações resultantes do isolamento ao comércio internacional – a exemplo, os casos dos governos do Irã e Venezuela (LUFT; KORIN, 2019).

## **8 Possíveis Alternativas ao Regime de Sanções e a Centralidade do Dólar**

Entre as formas que os países-alvo das sanções vêm tentando buscar alternativas à arquitetura financeira internacional baseada no dólar, seja para evitar as sanções dos EUA e como contestação aos privilégios que usufrui nas relações econômicas internacionais, estão: a implementação de um sistema alternativo à SWIFT; a cooperação monetária dos BRICS; os acordos de *swap*; o uso de moedas digitais; o fornecimento de crédito do Banco de Desenvolvimento Asiático; e a Nova Rota da Seda (MARTINS, 2018; LUFT; KORIN, 2019).

Em uma matéria do *The Wire* (CHENOY, 2020), é citado o uso de um sistema paralelo ao SWIFT por Moscou e Pequim. Esse modelo não operaria em dólar, mas em rublo e renminbi. A cooperação monetária dos BRICS é evidente ao passo que em 2014 criaram o Novo Banco de Desenvolvimento, que já possibilitava a concessão de empréstimos em moeda nacional entre os países-membros, e em

2019 passaram a discutir a criação de uma moeda digital comum como mecanismo de facilitação do comércio (PALMER, 2019).

Chenoy (2020) indica que houve um aumento dos acordos de *swap* entre China e Rússia. Usualmente, esses acordos são utilizados como contratos de troca de moedas diretamente em suas respectivas moedas nacionais (ou seja, sem o uso do dólar). O aumento recente desses contratos pode indicar uma tentativa de redução da dependência ao dólar.

Buscando barrar o uso de moedas digitais para escapar da pressão financeira, os Estados Unidos lançaram a Ordem Executiva 13827. A fim de escapar da pressão já exercida pelo regime de sanções dos EUA, o governo Maduro buscou emitir uma moeda digital. Trump respondeu criando impedimentos a instituições americanas que utilizassem a moeda digital venezuelana (UNITED STATES OF AMERICA, 2018a). Moedas digitais ou criptomoedas são ativos de preocupação do Departamento do Tesouro, pois não podem ser congelados e podem ser transferidos com facilidade (ZARATE, 2013, p. 395).

Por fim, a Nova Rota da Seda<sup>9</sup> ou *Belt and Road Initiative* (BRI) consiste em um plano econômico que permeia esferas como a política e a energética, além dos interesses estratégicos chineses. O fornecimento de crédito do Banco de Desenvolvimento Asiático, assim como a BRI, são ações não-desenhadas para essa proposta, mas têm potencial de desafiar a hegemonia do dólar ao prover liquidez em renminbi no sistema monetário internacional. O aumento da liquidez torna progressivamente a moeda chinesa mais relevante como unidade de troca comercial, ao menos em um contexto regional, diminuindo a dependência ao dólar (MARTINS, 2018).

## 9 Conclusão

Os EUA, ao emitirem a principal moeda de referência internacional, possuem uma relação diferente com o sistema financeiro do que os outros países. A sua posição de centralidade permite exercer pressão financeira-comercial sobre as demais nações. Com o 11 de setembro, houve profundas mudanças na tática de sanções

---

<sup>9</sup> O plano iniciou em 2013 com o presidente Xi Jinping, e desde então 136 países e 30 organizações internacionais assinaram documentos de cooperação. O projeto abrange duas frentes: a facilitação do comércio entre os Estados-membros com a China e o financiamento de infraestrutura com dinheiro chinês (OLINGA-SHANNON; BARBESGAARD; VERVEST, 2019).

americanas, que decorreu de uma reestruturação do Departamento do Tesouro de 2003 para 2004. O Tesouro passou a ser uma peça importante no combate ao terrorismo e à lavagem de dinheiro ao rastrear os caminhos que percorriam o dinheiro que financiava células terroristas e os Estados tidos como “*rogue states*”.

O bloqueio desses ativos não passou a ocorrer por meio de sanções convencionais, mas por um modelo que utiliza a centralidade do dólar para iniciar uma reação em que o próprio sistema financeiro faria o bloqueio. Ao identificar um banco em que um Estado-alvo tivesse parte considerável de suas reservas e/ou fosse o principal elo daquele governo ao comércio internacional, seria possível inseri-lo sob a Seção 311 do Título III do Ato Patriota. A partir do momento em que o ator em questão fosse tido como uma ameaça ao sistema financeiro internacional, o próprio setor privado e as demais instituições financeiras de outros países tratariam de isolar este ator-alvo ao temerem ser desligados do sistema financeiro americano por colaborar com um agente taxado como ameaça primária.

Nesse modelo de sanção, negociar diretamente com os EUA não seria uma forma prática de desbloquear os ativos, até porque não teria sido o governo americano que bloqueou as contas. Assim, restariam duas alternativas ao Estado-alvo: ou negociar com cada instituição financeira que congelou suas contas, ou realizar alterações internas para que seja retirado o rótulo de ameaça ao sistema financeiro. Dessa forma, os EUA projetam seu poderio sobre as demais economias do mundo ao monitorar o sistema financeiro por dispositivos como a SWIFT, e também ao dispor de mecanismos de punição que não podem ser removidos facilmente como as sanções convencionais (AMERICA..., 2020).

A estratégia da política externa de Trump foi de intensificar a pressão financeira com a justificativa de defesa do interesse nacional. Ao mesmo tempo que sua tática é de continuação de práticas aplicadas desde 2001, o governo Trump se difere em dois pontos: primeiro, por aplicar sanções secundárias, gerando impedimentos contra empresas de setores-chave dos Estados-alvo; segundo, por lidar com a China em uma modalidade diferente de seus antecessores, construindo um regime de sanções comerciais que geram a chamada guerra comercial.

Como resultado das sanções americanas, observa-se uma tendência, mesmo que ainda incipiente, de desdolarização dos países-alvo, ou seja, de adotar liquidações



em moedas nacionais entre países parceiros, de diversificar suas reservas cambiais e de aumentar o investimento em outras moedas que não o dólar americano. O levantamento documental feito para esse artigo mostra que os principais Estados-alvo no aspecto financeiro são Coreia do Norte, Irã, Rússia e Venezuela. Pequim não é alvo no aspecto financeiro, mas é o principal no comercial. A China e a Rússia se mostram como os principais expoentes dessa tendência de desdolarização, seja pelo uso de mecanismos institucionais previamente existentes, como acordos bilaterais de *swap*, ou pela criação de novos dispositivos. Essa reação é percebida também no eixo dos países aliados dos EUA, como as políticas de fortalecimento do euro na União Europeia (AMERICA..., 2020). Isso não significa a substituição imediata do dólar por qualquer outra moeda, mas desafios à sua posição de centralidade.

### **Economic Sanctions in the Trump Administration: the Use of the Dollar as a Political Weapon**

**Abstract:** This paper discusses how the Trump government has utilized the dollar as a political weapon and taken advantage of its position as a key currency in international economic relations. It seeks to identify the financial pressure mechanisms utilized by the United States, how the devices implemented by the Trump administration differ from those used by the Bush and Obama governments, which countries are the targets of the economic sanctions, and if the targets have tried to find alternatives to the dollar-based international financial architecture. The paper draws upon a historical analysis of the dollar consolidation process as a key currency, a literature review about sanctions, and a documental analysis was made of the Trump government sanctions. The study shows how the target countries reacted to the sanctions, and if their countermeasures were effective.

**Keywords:** International Monetary System. Economic Sanctions. Dollar. United States.

### **Referências**

AMERICA's aggressive use of sanctions endangers the dollar's reign: Its rivals and allies are both looking at other options. **The Economist**, 18 nov. 2020. Disponível

em: <https://www.economist.com/briefing/2020/01/18/americas-aggressive-use-of-sanctions-endangers-the-dollars-reign>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CHENOY, Anuradha. Bypassing the Dollar: The Rise of Alternate Currency Systems. **The Wire**, 25 maio 2020. Disponível em: <https://thewire.in/trade/dollar-currency-trade>. Acesso em: 4 set. 2020.

DREZNER, Daniel. **The sanctions paradox**: Economic statecraft and international relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

EICHENGREEN, Barry. **Privilégio exorbitante**: a ascensão e a queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FIORI, José Luís. **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

HARRELL, Peter E. Trump's Use of Sanctions Is Nothing Like Obama's. **Foreign Policy**, 5 out. 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/10/05/trump-sanctions-iran-venezuela-russia-north-korea-different-obamas/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

HUDSON, Michael. The Archaeology of Money: Debt versus Barter Theories of Money's Origins. In: WRAY, Randall (Org.). **Credit and State Theories of Money**: the contributions of A. Mitchell Innes. Cheltenham: Edward Elgar, 2004. p. 99-127.

LUFT, Gal; KORIN, Anne. **De-dollarization**: The revolt against the dollar and the rise of a new financial world order. Washington D.C.: Institute for the Analysis of Global Security, 2019.

LYNCH, Timothy J. **In the Shadow of the Cold War**: American Foreign Policy from George Bush Sr. to Donald Trump. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

MARTINS, Aline. **Moeda, Estado e Poder**: limites dos Direitos Especiais de Saque enquanto alternativa ao dólar como moeda-chave. 2014. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MARTINS, Aline. A internacionalização do Renminbi e a ascensão do poder monetário chinês. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica**

**da China no século XXI:** diferentes dimensões de um mesmo processo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 235-258.

MASTERS, Jonathan. What Are Economic Sanctions?. **Council on Foreign Relations**, 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/what-are-economic-sanctions>. Acesso em: 12 fev. 2021.

METRI, Mauricio M. O poder financeiro dos Estados Unidos no padrão monetário dólar-flexível. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2004. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52571295/Artigo\\_Metri\\_-\\_SEP2004.pdf?1491842697=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO\\_Poder\\_Financeiro\\_dos\\_Estados\\_Unidos\\_no.pdf&Expires=1616961616&Signature=KUDBFjhgTjTtd9Ywa21dFsoQ55nZPO5vT3Nwe-LCZhg-gmlHXRQ-cpP57Qo50UiLuq7rEu91PtkqrbebYeCp9FMQQKEaeYdLKytDXb0l7B1v-w-HeIXCGuQNOUxXU1r1q-GOgHtBRh6gGIltHAAmTS3-e73iysTFqO2b-6AHopu5Cg-MNLnNKCJiotA8jcsyyNXIllgYG46Z-s5Olft7Gu3nu0WAt-VR-SPK3wWPMVqiq-zkzupkoaWDFzz7xjEP3lvmdQHYh-TXmaQy-puQP5Fnh-g85vE6wCKD0UCArEzczmVKaB-Fzy8zFzvHxYraRVodPZ1tlmFzFTbbjeks-r49A\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52571295/Artigo_Metri_-_SEP2004.pdf?1491842697=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_Poder_Financeiro_dos_Estados_Unidos_no.pdf&Expires=1616961616&Signature=KUDBFjhgTjTtd9Ywa21dFsoQ55nZPO5vT3Nwe-LCZhg-gmlHXRQ-cpP57Qo50UiLuq7rEu91PtkqrbebYeCp9FMQQKEaeYdLKytDXb0l7B1v-w-HeIXCGuQNOUxXU1r1q-GOgHtBRh6gGIltHAAmTS3-e73iysTFqO2b-6AHopu5Cg-MNLnNKCJiotA8jcsyyNXIllgYG46Z-s5Olft7Gu3nu0WAt-VR-SPK3wWPMVqiq-zkzupkoaWDFzz7xjEP3lvmdQHYh-TXmaQy-puQP5Fnh-g85vE6wCKD0UCArEzczmVKaB-Fzy8zFzvHxYraRVodPZ1tlmFzFTbbjeks-r49A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 16 mar. 2020.

METRI, Mauricio M. Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central. **Ensaios FEE**, Online, v. 33, n. 2, p. 397-422, nov. 2012. Disponível em: <http://200.198.145.164/index.php/ensaios/article/download/2571/3105>. Acesso em: 16 mar. 2020.

NEPHEW, Richard. **The Art of Sanctions:** A View from the Field. New York: Columbia University Press, 2017.

OLINGA-SHANNON, Stephanie; BARBESGAARD, Mads; VERVEST, Pietjie. The Belt and Road Initiative (BRI): An AEPF Framing Paper. **Asia Europe People's Forum**, framing paper, nov. 2019. Disponível em: [https://aepf.info/wp-content/uploads/2017/08/BRI\\_Framing\\_WEB\\_Final.pdf](https://aepf.info/wp-content/uploads/2017/08/BRI_Framing_WEB_Final.pdf). Acesso em: 14 set. 2020.

PALMER, Daniel. BRICS Nations Ponder Digital Currency to Ease Trade, Reduce USD Reliance. **Coindesk**, 15 nov. 2019. Disponível em: <https://www.coindesk.com/brics-nations-ponder-digital-currency-to-ease-trade-reduce-usd-reliance>. Acesso em: 4 set. 2020.

ROBINSON, Kali. What Is the Iran Nuclear Deal?. **Council on Foreign Relations**, 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/what-iran-nuclear-deal>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SPIELER, Howard. The Impact of the U.S. President on Economic Sanctions. **ACAMSTODAY**, 3 abr. 2017. Disponível em: <https://www.acamstoday.org/impact-us-president-economic-sanctions/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). **Resolution 2231 (2015)**. UNSC Index: S/RES/2231 (2015), 20 jul. 2015. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/2231\(2015\)](https://undocs.org/S/RES/2231(2015)). Acesso em: 12 out. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. USA PATRIOT Act. To deter and punish terrorist acts in the United States and around the world, to enhance law enforcement investigatory tools, and for other purposes. **United States Congress**, Washington D.C., 26 out. 2001.

UNITED STATES OF AMERICA. Countering America's Adversaries Through Sanctions Act. Authorizing the Implementation of Certain Sanctions Set Forth in the Countering America's Adversaries Through Sanctions Act. **U.S. Department of the Treasury**, Washington D.C., 2 ago. 2017a. Disponível em: [https://home.treasury.gov/system/files/126/hr3364\\_pl115-44.pdf](https://home.treasury.gov/system/files/126/hr3364_pl115-44.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13804. Allowing Additional Time for Recognizing Positive Actions by the Government of Sudan and Amending Executive Order 13761. **Federal Register**, Washington D.C., v. 82, n. 134, p. 32611-32612, 14 jul. 2017b. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13804.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13808. Imposing Additional Sanctions With Respect to the Situation in Venezuela. **Federal Register**, Washington D.C., v. 82, n. 166, p. 41155-41156, 29 ago. 2017c. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13808.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13810. Imposing Additional Sanctions With Respect to North Korea. **Federal Register**, Washington D.C., v. 82, n. 184, p. 44705-44706, 25 set. 2017d. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13810.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13818. Blocking the Property of Persons Involved in Serious Human Rights Abuse or Corruption. **Federal**

**Register**, Washington D.C., v. 82, n. 246, p. 60839-60843, 26 dez. 2017e. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2017-12-26/pdf/2017-27925.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. NSPM-5: Strengthening the Policy of the United States Toward Cuba. **Federal Register**, Washington D.C., v. 82, n. 202, p. 48875-48878, 20 out. 2017f. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2017-10-20/pdf/2017-22928.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. **National Security Strategy of the United States of America nº NSS 2017**. Washington D.C., 2017g. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Presidente (2017-2020: Donald J. Trump). **Discurso de Posse**. Washington, 20 jan. 2017h. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13827. Taking Additional Steps to Address the Situation in Venezuela. **Federal Register**, Washington D.C., v. 83, n. 55, p. 12469-12470, 21 mar. 2018a. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13827.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13835. Prohibiting Certain Additional Transactions With Respect to Venezuela. **Federal Register**, Washington D.C., v. 83, n. 101, p. 24001-24001, 24 maio 2018b. Disponível em: [https://home.treasury.gov/system/files/126/venezuela\\_co\\_13835.pdf](https://home.treasury.gov/system/files/126/venezuela_co_13835.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13846. Reimposing Certain Sanctions With Respect to Iran. **Federal Register**, Washington D.C., v. 83, n. 152, p. 38939-38949, 7 ago. 2018c. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2018-08-07/pdf/2018-17068.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13848. Imposing Certain Sanctions in the Event of Foreign Interference in a United States Election **Federal Register**, Washington D.C., v. 83, n. 179, p. 46843-46848, 14 set. 2018d. Disponível em: [https://home.treasury.gov/system/files/126/election\\_executive\\_order\\_13848.pdf](https://home.treasury.gov/system/files/126/election_executive_order_13848.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13849. Authorizing the Implementation of Certain Sanctions Set Forth in the Countering America's Adversaries Through Sanctions Act. **Federal Register**, Washington D.C., v. 83, n. 184, p. 48195-48200, 21 set. 2018e. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/05/Executive-Order-13849-.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13850. Blocking Property of Additional Persons Contributing to the Situation in Venezuela. **Federal Register**, Washington D.C., v. 83, n. 213, p. 55243-55245, 2 nov. 2018f. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2018-11-02/pdf/2018-24254.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13851. Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Situation in Nicaragua. **Federal Register**, Washington D.C., v. 83, n. 230, p. 61505-61507, 29 nov. 2018g. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2018-11-29/pdf/2018-26156.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. **President Donald J. Trump is Ending United States Participation in an Unacceptable Iran Deal**. The White House. Washington D.C., 8 maio 2018h. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trump-ending-united-states-participation-unacceptable-iran-deal/>. Acesso em: 12 out. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13857. Taking Additional Steps To Address the National Emergency With Respect to Venezuela. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 20, p. 509-510, 30 jan. 2019a. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13857.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13863. Taking Additional Steps to Address the National Emergency With Respect to Significant Transnational Criminal Organizations. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 53, p. 10255-10256, 19 mar. 2019b. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-03-19/pdf/2019-05370.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13871. Imposing Sanctions With Respect to the Iron, Steel, Aluminum, and Copper Sectors of Iran. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 91, p. 20761-20764, 10 maio 2019c. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-05-10/pdf/2019-09877.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13876. Imposing Sanctions With Respect to Iran. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 123, p. 30573-30576, 26 jun. 2019d. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-06-26/pdf/2019-13793.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13882. Blocking Property and Suspending Entry of Certain Persons Contributing to the Situation in Mali. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 146, p. 37055-37058, 30 jul. 2019e. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-07-30/pdf/2019-16383.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13883. Administration of Proliferation Sanctions and Amendment of Executive Order 12851. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 150, p. 38113-38114, 5 ago. 2019f. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-09-16/pdf/2019-19890.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13884. Blocking Property of the Government of Venezuela. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 152, p. 38843-38845, 7 ago. 2019g. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-08-07/pdf/2019-17052.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13886. Modernizing Sanctions To Combat Terrorism. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 177, p. 48041-48043, 12 set. 2019h. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-09-12/pdf/2019-19895.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13894. Blocking Property and Suspending Entry of Certain Persons Contributing to the Situation in Syria. **Federal Register**, Washington D.C., v. 84, n. 201, p. 55851-55855, 17 out. 2019i. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2019-10-17/pdf/2019-22849.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13902. Imposing Sanctions With Respect to Additional Sectors of Iran. **Federal Register**, Washington D.C., v. 85, n. 9, p. 2003-2006, 14 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2020-01-14/pdf/2020-00534.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13928. Blocking Property of Certain Persons Associated With the International Criminal Court. **Federal**

**Register**, Washington D.C., v. 85, n. 115, p. 36139-36142, 15 jun. 2020b. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2020-06-15/pdf/2020-12953.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13936. The President's Executive Order on Hong Kong Normalization. **Federal Register**, Washington D.C., v. 85, n. 138, p. 43413-43417, 17 jul. 2020c. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2020-07-17/pdf/2020-15646.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Executive Order 13959. Addressing the Threat From Securities Investments That Finance Communist Chinese Military Companies. **Federal Register**, Washington D.C., v. 85, n. 222, p. 73185-73189, 17 nov. 2020d. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/13959.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

U.S. CONGRESS. **The Global Magnitsky Human Rights Accountability Act**. Congressional Research Service, 28 out. 2020. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF10576>. Acesso em: 20 jul. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Fact Sheet: Overview of Section 311 of the USA PATRIOT Act. **U.S. Department of the Treasury**, Press Center, 10 fev. 2011. Disponível em: <https://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/tg1056.aspx>. Acesso em: 7 jul. 2020.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. **Sanctions Programs and Country Information**. 2020. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/programs/pages/programs.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2021.

U.S. TRADE REPRESENTATIVE. **About Us**: USTR. 2020. Disponível em: <https://ustr.gov/about-us>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ZARATE, Juan. **Treasury's war**: The unleashing of a new era of financial warfare. New York: PublicAffairs, 2013.